



501
0

O **Município de Belo Horizonte**, inscrito no CNPJ nº 18.715.383/0001-40, com sede na Av. Afonso Pena nº 1212, Bairro Centro, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Roberta Rodrigues Martins Vieira, inscrita no CPF sob o nº 062.504.896-22, e a **MGS - MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S.A.**, sediada nesta Capital, à Avenida Álvares Cabral nº 200, 2º, 12º, 14º e 16º andares, Centro, CEP 30170-000, inscrita no CNPJ sob o nº 33.224.254/0001-42, Inscrição Estadual nº 062.006.799.0060, Inscrição Municipal nº 305316/001-5, na condição de **CONTRATADA**, e doravante denominada **MGS**, representada pelo seu Diretor-Presidente, Marcelo Magalhães Rosa Isoni, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 005.289.576-94, pelo Diretor Administrativo e Financeiro, Paulo Henrique Fonseca de Melo, inscrito no CPF/MF sob o nº 094.993.766-58, pelo Diretor de Operações, Michel Lopes França Chaves, inscrito no CPF/MF sob o nº 015.697.076.77, e pelo Diretor Jurídico, Helter Verçosa Morato, inscrito no CPF/MF sob o nº 000.177.786-62, resolvem celebrar o presente Contrato por Dispensa de Licitação, com embasamento legal no Art. 24, inciso VIII, da Lei Federal nº 8.666/1993, e alterações posteriores, pelas condições estabelecidas no presente contrato e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Instrumento tem por objeto a contratação da **MGS** para prestação de serviços de apoio administrativo e operacional ao **CONTRATANTE**, quais sejam serviços continuados de Auxiliar de Apoio ao Educando, em atendimento à demanda das Unidades Escolares do Município de Belo Horizonte, conforme condições estabelecidas neste Contrato e seus Anexos, e conforme as características, especificações e exigências contidas no Termo de Referência nº 22/2023, o qual, independente de transcrição, é parte integrante deste Contrato;

1.2. Integram também o presente Contrato, para todos os efeitos legais, o Anexo I - Planilha de Preços dos Postos de Serviços, Anexo II - Planilha de Eventos por Posto de Serviço, Anexo III - Resumo de Valores, Anexo IV - Planilha de Uniformes, Anexo V - Planilha de Equipamentos de Proteção Individual, Anexo VI - Planilha de Substituição dos Postos de Serviços, Anexo VII - Planilha de Representatividade dos Sindicatos, Anexo VIII - Plano de Treinamentos.

Parágrafo Único - O presente Instrumento de prestação de serviços encontra embasamento legal de dispensa de licitação no art. 24, inciso VIII, da Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações posteriores, e Lei Estadual nº 11.406/1994, com as alterações inseridas pela Lei Estadual nº 19.087/2010 e pela Lei Estadual no 24.313/23.

CLÁUSULA SEGUNDA – DEFINIÇÕES

2.1. Para os fins deste Contrato considerar-se-ão:



502
D

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO DOS SERVIÇOS

5.1. Os pagamentos do **CONTRATANTE** à **MGS** terão como base os elementos de cálculo constituídos pela Planilha de Preços dos Postos de Serviços especificados abaixo:

5.1.1. Salário-Base: Consolidado dos valores referentes a salários dos empregados dimensionados pertencentes ao posto de serviço;

5.1.2. Insalubridade/Periculosidade: Consolidado dos valores referentes à periculosidade dos empregados dimensionados pertencentes ao posto de serviço;

5.1.3. Hora Extra Intervalo: Consolidado dos valores referentes às horas extras intervalo dos empregados dimensionados pertencentes ao posto de serviço;

5.1.4. Hora Extra: Consolidado dos valores referentes às horas extras dos empregados dimensionados pertencentes ao posto de serviço;

5.1.5. Uniformes: Consolidado dos valores referentes aos uniformes dos empregados dimensionados pertencentes ao posto de serviço;

5.1.6. Equipamentos de Proteção Individual: Consolidado dos valores referentes aos equipamentos de proteção individual dos empregados dimensionados pertencentes ao posto de serviço;

5.1.7. Vale-Transporte: Consolidado dos valores referentes ao vale-transporte dos empregados dimensionados pertencentes ao posto de serviço;

5.1.8. Vale-Alimentação: Consolidado dos valores referentes ao vale-alimentação dos empregados dimensionados pertencentes ao posto de serviço.

5.2. O valor mensal estimado para a contratação é de **R\$ 23.345.981,00** (vinte e três milhões, trezentos e quarenta e cinco mil e novecentos e oitenta e um reais), perfazendo o valor anual de **R\$ 256.805.791,00** (duzentos e cinquenta e seis milhões, oitocentos e cinco mil e setecentos e noventa e um reais), perfazendo o valor total do contrato, para 12 (doze) meses, sendo a taxa de administração cobrada de 7% (sete) por cento sobre o valor do contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DA APRESENTAÇÃO E PAGAMENTO DAS DESPESAS

6.1. Todos os itens de composição referentes aos postos de serviços previstos na Planilha de Custos e Formação de Preços, Anexo I, serão cobrados, mensalmente, mediante emissão de Nota Fiscal pela **MGS**.

6.2. Os postos poderão ser cobrados proporcionalmente, de acordo com a apuração da frequência dos(as) empregados(as), em até 30 (trinta) dias, com respectivo débito ou crédito à parte beneficiada ou lesada, conforme explicitado no ANEXO II – Planilha de Eventos por Posto;

6.3. O valor pago mensalmente corresponderá ao número de postos implementados e lançados na Nota Fiscal emitida mensalmente.

mm *Mfmm.*

Di
[Signature]



6.9. Caso o atraso de pagamento gere multas administrativas fixadas pelo Ministério do Trabalho (MTE) e por Convenções Coletivas de Trabalho (CCT's), o **CONTRATANTE** reembolsará à **MGS** os valores incorridos mediante comprovação de quitação, desde que o fato gerador da multa ocorra em razão de ato omissivo ou comissivo do **CONTRATANTE**, a ser apurado em processo administrativo, garantido o contraditório e ampla defesa;

6.10. Havendo divergência no faturamento dos serviços contratados, o acerto será efetuado quando da emissão do próximo faturamento, com respectivo débito ou crédito à parte beneficiada ou lesada, a fim de não comprometer os prazos legais para recolhimento de tributos, devido ao cancelamento e emissão de nova Nota Fiscal;

6.11. A **CONTRATANTE** ressarcirá à **MGS** os valores decorrentes de condenações em ações judiciais contra a **MGS** com pleito de adicional de insalubridade e/ou periculosidade, inerentes às relações de emprego abrangidas por este Contrato, nos termos do previsto no art. 5º-A da Lei Federal nº 6.019/74.

6.11.1 O ressarcimento abrangerá os valores despendidos pela **MGS** durante todo o processo judicial, tais como custas processuais, honorários de sucumbência, perícias judiciais e o valor quitado ao reclamante, acrescidos dos tributos referentes ao faturamento.

6.11.2 Para fins de ressarcimento, a **MGS** deverá notificar o **CONTRATANTE**, por escrito, da cobrança disposta, acompanhada de cópia integral do processo judicial (por meio eletrônico), tendo o **CONTRATANTE** até 15 (quinze) dias para aprovar a emissão do faturamento. Caso não haja manifestação neste prazo, ocorrerá a aprovação tácita e será emitida nota fiscal de faturamento para quitação em até 30 (trinta) dias.

6.11.3 Poderá também, mediante prévio ajuste entre **CONTRATANTE** e **MGS** ser encerrado o processo judicial por acordo com o reclamante em qualquer fase da ação, sendo que o fluxo de faturamento seguirá os trâmites previstos nos subitens 6.11.1 e 6.11.2 desta Cláusula

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTAMENTO, DA REPACTUAÇÃO E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

7.1. Os valores previstos no contrato serão alterados segundo os critérios abaixo especificados:

I - O reajuste de preços implica atualização do valor inicial em face de alterações mercadológicas que repercutam no contrato (custo da execução e remuneração).

II - A revisão se faz quando eventos excepcionais provocam uma alteração em um ou em ambos os lados da equação econômico-financeira por motivo de força maior, caso fortuito, fato do príncipe, fato da Administração ou mesmo fatos previsíveis, mas de consequências incalculáveis.

III - Os custos referentes à mão de obra empregada no serviço admitirão a repactuação.



7.2.6. As diferenças salariais repactuadas surtirão efeitos a partir da data-base da categoria profissional a que se refere o acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalente.

7.2.7. Caberá à **MGS** apresentar ao **CONTRATANTE** no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias contados da data do registro no MTE, os documentos comprobatórios do reajuste salarial concedido às categorias profissionais abrangidas por este Contrato, tais como Convenção Coletiva de Trabalho, Dissídio Coletivo ou Sentença Normativa, para elaboração do Termo Aditivo.

7.3. A repactuação poderá contemplar todos os componentes de custo do contrato que tenham sofrido variação, mediante demonstração analítica do aumento ou diminuição dos custos, comprovados e justificados de acordo com a Planilha de Custos e Formação de Preços.

7.4. Os demais custos da contratação poderão ser reajustados pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE, caso a vigência seja alterada, vedado o reajuste com periodicidade inferior a um ano.

7.5. A **MGS** deverá apresentar relatório com os desligamentos dos empregados e detalhamento dos acertos efetuados para viabilização de eventual repactuação sobre valores previstos na Planilha de Custos e Formação de Preços da empresa e não utilizados.

7.6. As repactuações ocorrerão em número equivalente e nas datas de celebração dos acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação, quando o contrato envolver mais de uma categoria profissional ou categorias profissionais sediadas em diversas localidades.

7.7. Reajuste: tem a finalidade de atualizar valores previstos no próprio Contrato, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido;

7.7.1. Para aplicação do reajuste será adotado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), observado o interregno mínimo de 01 (um) ano, tomando como referência a data de apresentação da proposta, para custos decorrentes do mercado;

7.7.2. O reajuste será realizado nos termos da Lei Federal nº 8.666/1993, art. 65, §8º, e não caracterizará alteração do Contrato, podendo ser registrado por simples apostila e dispensada a celebração de aditamento;

7.7.3. A variação do valor contratual, para fazer face ao reajuste deverá ser realizada por meio de Termo Aditivo ou Apostila ao Contrato, de iniciativa da **MGS**, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93.

7.8. Reequilíbrio econômico-financeiro: tem a finalidade de restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da **MGS** e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, na hipótese de sobrevirem fatos



prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios, mediante expressa motivação no ato de devolução, devidamente acompanhada de toda documentação comprobatória, devendo o empregado a ser devolvido continuar prestando serviços ao **CONTRATANTE**, durante o prazo necessário à reposição, exceto nos casos em que o **CONTRATANTE** optar pelo posto descoberto, nos casos de falta grave previstos no art. 482, da Consolidação das Leis do Trabalho.

8.1.8.1. Nenhum pedido de reposição ou devolução será aceito sem justificativa, com motivações vagas ou sem comprovação, a ser realizado por escrito no sistema da **MGS** pelo **CONTRATANTE**.

8.1.9. Na hipótese de ausência por absenteísmo eventual (falta ou ausência temporária), licença médica, faltas legais e outras causas diversas, solicitar à **MGS** substituição temporária do empregado ausente.

8.1.10. Em caso de obrigação legal de constituição de CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, liberar os empregados, membros da CIPA, para participarem de reuniões mensais, pelo período de 1 (uma) hora, a fim de atender ao disposto em legislação a respeito dessa obrigatoriedade.

8.1.11. Nos termos do art. 165, da CLT e inciso II, do art. 10, do ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, somente poderá ser requerida a devolução de empregado membro da CIPA em caso de demissão por justa causa, elencada no art. 482, da CLT.

8.1.12. Ceder as dependências de sua propriedade para armazenamento seguro de materiais e equipamentos, assim como as instalações e vestiários para uso dos empregados da **MGS**, todos em conformidade com as normas regulamentadoras do MTE, sob pena de ressarcir à **MGS** os valores das multas que lhe venham a ser imputadas, após apuração de culpa ou dolo em processo administrativo.

8.1.13. Proporcionar ao pessoal da **MGS** o acesso às suas instalações, assim como a movimentação necessária para a prestação dos serviços objeto deste contrato.

8.1.14. Orientar as escolas a não promover o desvio da função para a qual o empregado foi contratado ou praticar qualquer outra atitude contrária à lei que possibilite o ajuizamento de ação trabalhista, sob pena de responsabilizar-se pelos ônus decorrentes.

8.1.15. É vedado ao **CONTRATANTE** solicitar serviços que demandem horas extras não previstas em Contrato, ressalvados os casos em que houver autorização expressa.

8.1.16. Efetuar a retenção e recolher ao INSS, na data estabelecida na legislação pertinente, o montante de 11% (onze por cento) sobre o valor das notas fiscais de prestação de serviços da **MGS**, conforme determina o art. 31, da Lei Federal nº 8.212/1991, alterada pela Lei Federal nº 9.711/1988 e portarias regulamentares do Ministério do Trabalho.

8.1.17. Encaminhar à **MGS**, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao de referência, documento comprobatório (GPS) do recolhimento ao INSS do montante de 11% (onze por cento) sobre o valor das notas fiscais conforme citado no item acima.



8.1.31. Auxiliar e prestar apoio na gestão de ponto, no recolhimento e disponibilização das folhas de ponto ou outro mecanismo adotado pela **MGS** para controle de frequência, dos empregados vinculados aos postos de trabalho do Contrato.

8.1.32. O **CONTRATANTE** deverá fornecer à **MGS** o Comprovante de Rendimentos Pagos e de Imposto sobre a Renda Retido na Fonte até o último dia útil do mês de fevereiro do ano subsequente dos rendimentos na forma da legislação específica.

8.1.33. Garantir a liberação dos empregados para realização de treinamento de reciclagem anual e treinamentos obrigatórios de segurança do trabalho, conforme definição da **MGS**, sem gerar ônus adicionais para as partes. O treinamento deve ser realizado com regime de compensação de horas, em dias não previstos no calendário escolar.

8.2. Da MGS:

8.2.1. Manter, na prestação dos serviços ora contratados, pessoal maior de 18 (dezoito) anos.

8.2.2. Responder, integralmente, por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos causados ao **CONTRATANTE** tendo como agente a **MGS**, por seus prepostos ou terceiros, decorrentes da execução do Contrato, não reduzindo ou excluindo a responsabilidade da **MGS** o mero fato de a execução ser fiscalizada pelo **CONTRATANTE**.

8.2.3. Atender, em até 15 (quinze) dias corridos, contados do primeiro dia útil subsequente ao registro pelo **CONTRATANTE** no sistema, ao pedido de reposição de empregado devolvido ou colocado à disposição da **MGS**, observadas as demais condições previstas neste Contrato.

8.2.4. Realizar a substituição, em caso de absenteísmo, em até 3 (três) horas:

a) A contar do registro da solicitação via sistema informatizado ou telefone, quando esta for realizada dentro do horário de trabalho do posto de serviço;

b) O empregado cumprirá a jornada de trabalho completa a partir da sua apresentação no local indicado e conforme a demanda da unidade escolar;

c) Caso a solicitação for realizada em dia útil anterior, a substituição deverá atender a jornada do posto de serviço.

8.2.5. A **MGS** não será responsável pela substituição além do limite da reserva técnica prevista no Termo de Referência.

8.2.6. Substituir no primeiro dia útil subsequente, o(a) empregado(a) que se afastar por licença maternidade ou outras licenças legais.

8.2.7. A substituição programada será exercida por empregado trajando uniforme padrão fornecido pela **MGS**, quando for exigível seu uso.

8.2.8. Responsabilizar-se pelas obrigações legais, convencionais e contratuais, decorrentes das relações empregatícias do seu pessoal, exceto aquelas provenientes de ônus trabalhistas por motivos comprovadamente provocados e permitidos pela



estabelecidas em Acordos Coletivos de Trabalho e Convenções Coletivas de Trabalho, ainda que não especificados ou especificados diferentemente na Planilha de Composição de Preços.

8.2.20. Pagar em dia os salários dos empregados contratados em conformidade com a legislação trabalhista vigente.

8.2.21. Responsabilizar-se pelo correto controle de frequência de seus empregados e pelos equipamentos necessários ao mesmo.

8.2.22. Controlar a frequência e a pontualidade dos empregados designados para a prestação dos serviços por meio de registro eletrônico de presença diário ou outro instrumento similar, com o acompanhamento e tratamento do ponto pela **MGS**.

8.2.23. Poderão ser adotadas folhas de presença nos locais em que não houver estrutura para acesso à internet.

8.2.24. Assegurar-se de que seus empregados não realizem horas extras imprevistas e permitir ao Fiscal do Contrato acesso ao controle de frequência para comprovação da prestação de serviços.

8.2.25. Realizar treinamento na admissão e reciclagem anual de seus empregados conforme a especificidade de cada posto de trabalho e conteúdo programático definido no Anexo VIII deste instrumento contratual e no Termo de Referência nº 20/2023, que é parte integrante deste Contrato. Os treinamentos poderão ocorrer no formato presencial, *on-line* ou ambos, desde que atingido o conteúdo programático previsto no Anexo VIII, que é parte integrante do presente Contrato;

8.2.26. Zelar pela disciplina de seus empregados durante a jornada de trabalho, orientando para que os mesmos mantenham o devido respeito e cortesia no relacionamento com todos os envolvidos na execução do Contrato e observação, dentre outras normas comuns, das seguintes:

- a) É vedado qualquer tipo de jogo, venda de rifas ou produtos de qualquer natureza e circulação de listas;
- b) É vedada a permanência dos empregados nas dependências do órgão no qual se prestam os serviços contratados antes ou depois do horário de trabalho;
- c) É vedado o consumo ou guarda de bebidas alcoólicas nas dependências do **CONTRATANTE**.

8.2.27. Responsabilizar-se pela inviolabilidade do sigilo de documentos e assuntos do **CONTRATANTE** colocados ao alcance dos empregados; sob pena de responsabilização civil, penal e administrativa, em conformidade com as Leis aplicáveis.

8.2.28. Cumprir o disposto na Portaria nº 3.214/1978 e suas Normas Regulamentadoras - NR do Ministério do Trabalho, com as alterações posteriores, no tocante às exigências de Segurança e Medicina do Trabalho, notificando o **CONTRATANTE** para proceder às adequações nas instalações, caso necessário.



- g) Os EPIs deverão ser entregues a todos os empregados cuja atividade esteja contemplada no Anexo V - EPI, mediante recibo datado pelo profissional, cuja cópia poderá ser solicitada pelo servidor responsável pela fiscalização do Contrato.

8.2.34. Manter Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho, de acordo com o previsto na Norma Regulamentadora nº 04, do Ministério do Trabalho.

8.2.35. Manter treinamento constante e adequado de seus empregados, conforme a especificidade de cada posto de trabalho, na forma do plano de treinamento mínimo a ser apresentado pela **MGS** e aprovado pelo **CONTRATANTE** em até 60 (sessenta) dias contados do início da vigência deste Contrato.

8.2.36. Tomar todas as providências e assumir as obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando de ocorrências da espécie forem eventualmente vítimas os seus empregados, no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que verificadas nas dependências do **CONTRATANTE**, devendo este último garantir às condições de segurança, higiene e salubridade dos trabalhadores na forma do parágrafo 3º, do art. 5º, A, da Lei Federal nº 6.019/1974.

8.2.37. Responsabilizar-se, em caso de necessidade, após comunicação do **CONTRATANTE**, pelo acionamento das unidades de emergência pública para encaminhamento dos seus empregados ao serviço de atendimento médico da rede pública de saúde, com exceção para os casos de urgência, quando sistema público de atendimento emergencial deverá ser acionado diretamente pelo **CONTRATANTE**, onde a urgência no atendimento não pode aguardar a ação da **MGS**.

8.2.38. Cumprir as exigências de segurança e medicina do trabalho, conforme disposto na Portaria nº 3.214/1978, do Ministério do Trabalho.

8.2.39. Fornecer ao **CONTRATANTE** o Atestado de Saúde Ocupacional – ASO nos primeiros 15 (quinze) dias após o início da prestação dos serviços, bem como realizar exames específicos previstos na NR-07, da Portaria nº 3.214, do Ministério do Trabalho.

8.2.40. Instituir banco de horas para todos os empregados.

8.2.40.1 Dar preferência para compensação por meio do banco de horas, caso haja execução de serviços por empregado fora do horário estabelecido para a jornada diária de trabalho (horas extras), devidamente comunicado pelo **CONTRATANTE** e previamente autorizado pela **MGS**.

8.2.40.2. Na impossibilidade de compensação das horas extras por meio do banco de horas dos empregados da **CONTRATADA**, o **CONTRATANTE** arcará com os custos correspondentes, acrescidos dos adicionais legais e contratuais;

8.2.40.3. Computar no banco de horas recessos escolares, registrados no calendário escolar e saldos de horas semanais não trabalhadas.

8.2.41. Manter preposto deste Contrato para responsabilizar-se pelas demandas solicitadas pelo **CONTRATANTE**, sendo este o Diretor de Operações da **MGS**, disponibilizando um número de telefone e e-mail para contato.



8.2.53. Despesas não previstas na Planilha de Composição de Preços não são reembolsáveis, devendo ser incluídas/previstas no módulo de custos indiretos, tributos e lucros, no ato da proposta.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

9.1. Consideram-se as seguintes ocorrências como motivo para rescisão do Contrato:

9.1.1. O presente Contrato extinguir-se-á ao término de sua vigência, sem necessidade de qualquer notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, podendo, no entanto, ser rescindido a qualquer tempo.

9.1.2. O presente Contrato poderá ser rescindido, desde que formalmente motivado nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nas hipóteses de a **MGS**:

9.1.2.1 Infringir quaisquer das cláusulas ou condições do presente Contrato;

9.1.2.2 Transferir ou ceder o presente Contrato a terceiros, no todo ou em parte;

9.1.2.3 Recusar-se a receber qualquer ordem ou instrução para melhor execução deste Contrato, insistindo em fazê-lo com imperícia ou desleixo;

9.1.2.4. Deixar de executar o serviço, abandonando-o ou suspendendo-o por mais de 2 (dois) dias seguidos, salvo por motivo de casos fortuitos ou força maior com imediata comunicação ao **CONTRATANTE**;

9.1.2.5. Ser declarada inidônea e/ou suspensa e/ou impedida do direito de licitar ou contratar com a Administração Municipal;

9.1.2.6. Demais hipóteses previstas na legislação.

9.2. A rescisão do Contrato poderá ser:

I - Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, devidamente fundamentado, nos casos enumerados no subitem anterior;

II - Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo administrativo da contratação, desde que haja conveniência para a Administração Pública;

III - Judicial, nos termos da legislação pertinente.

9.4. No caso da rescisão unilateral, o **CONTRATANTE** não indenizará a **MGS**, salvo pelos pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão e pelo pagamento do custo da desmobilização.

9.5. A **MGS** reconhece os direitos da Administração Pública, em caso de rescisões administrativas amparadas no art. 77, da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO POR INTERESSE PÚBLICO

10.1. O Contrato poderá ser rescindido por ato unilateral do **CONTRATANTE**, devidamente justificado, quando o interesse público assim o exigir sem indenização à **MGS**, a não ser em caso de dano efetivo disso resultante.



12.1.1. Advertência;

12.1.2. Multa nos seguintes percentuais:

- a)** multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na execução de serviços, até o limite de 9,9%, (nove inteiros e nove décimos por cento) correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal;
- b)** multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato em caso de recusa do infrator a assiná-lo;
- c)** multa de 3% (três por cento) sobre o valor do Contrato, na hipótese de o infrator retardar o procedimento de contratação ou descumprir preceito normativo ou as obrigações assumidas;
- d)** multa de 3% (três por cento) sobre o valor do Contrato, quando houver o descumprimento das normas jurídicas atinentes ou das obrigações assumidas;
- e)** multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela que eventualmente for descumprida, na hipótese de o infrator prestar o serviço em desacordo com as especificações, condições e qualidades contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina;
- f)** multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato quando o infrator der causa à rescisão do instrumento;
- g)** multa indenizatória, a título de perdas e danos, na hipótese de o infrator ensejar a rescisão do Contrato e sua conduta implicar em gastos à Administração Pública superiores aos contratados.

12.2. Nos casos previstos pela legislação, as multas poderão ser descontadas do pagamento imediatamente subsequente à sua aplicação.

12.3. Na aplicação das penalidades será facultada a defesa prévia no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis.

12.4. No caso de aplicação das penalidades previstas no subitem anterior, será concedido prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentação de recurso.

12.5. As penalidades são independentes entre si, podendo ser aplicadas em conjunto ou separadamente, após a análise do caso concreto, e não eximem a **MGS** da plena execução do objeto contratado.

12.6. Na hipótese de cumulação a que se refere o subitem acima serão concedidos os prazos para defesa e recurso aplicáveis à pena mais gravosa.

12.7. E caso de atrasos de pagamentos superiores a 90 (noventa) dias, fica a **MGS** autorizada a suspender a prestação de serviços, sem prejuízo das demais sanções previstas nesse Contrato e na legislação aplicável;



13.6. As partes cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na LGPD e demais normas de proteção de dados, bem como no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público e Órgãos de controle administrativo, naquilo que couber.

13.7. As partes deverão notificar formalmente umas às outras, imediatamente, a respeito de qualquer ocorrência relativa à eventual descumprimento das disposições relativas à proteção de dados pessoais que tenham relação com o objeto do presente Contrato, promovendo todas as ações necessárias à solução dos problemas que venham ser causados por seus empregados e/ou colaboradores;

Parágrafo Único: Considera-se ocorrência qualquer incidente que implique em violação ou risco de violação de dados pessoais, relativo a acesso, coleta, armazenamento, tratamento, compartilhamento e eliminação de dados, que possa gerar eventuais prejuízos aos titulares e/ou questionamento das autoridades competentes.

13.8. As partes darão conhecimento formal a seus empregados e colaboradores das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, cujos princípios deverão ser aplicados a toda e qualquer atividade que envolva a presente contratação.

13.9. Eventuais responsabilidades das partes serão apuradas conforme estabelecido neste Contrato e também de acordo com o que dispõe a legislação aplicável, observado o contraditório e a ampla defesa.

13.10. Em caso de ocorrência de prejuízo aos titulares de dados e/ou às partes decorrentes da não observância nas normas constantes neste instrumento, a PARTE que der causa ao prejuízo se obriga a indenizar a outra pelos danos sofridos, sejam eles de natureza patrimonial ou extrapatrimonial, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, respeitando o contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

14.1. Os recursos para o pagamento das despesas decorrentes deste Contrato ocorrerão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

2200.0100.12.365.169.2.542 3.3.90.37 - 05 1500000 Sub-Ação: 0001
2200.0200.12.365.169.2.542 3.3.90.37 - 05 1500000 Sub-Ação: 0001
2200.0300.12.365.169.2.542 3.3.90.37 - 05 1500000 Sub-Ação: 0001
2200.0400.12.365.169.2.542 3.3.90.37 - 05 1500000 Sub-Ação: 0001
2200.0500.12.365.169.2.542 3.3.90.37 - 05 1500000 Sub-Ação: 0001
2200.0600.12.365.169.2.542 3.3.90.37 - 05 1500000 Sub-Ação: 0001
2200.0700.12.365.169.2.542 3.3.90.37 - 05 1500000 Sub-Ação: 0001
2200.0800.12.365.169.2.542 3.3.90.37 - 05 1500000 Sub-Ação: 0001
2200.0900.12.365.169.2.542 3.3.90.37 - 05 1500000 Sub-Ação: 0001
2200.0100.12.367.167.2.080 3.3.90.37 - 05 1500000 Sub-Ação: 0001
2200.0200.12.367.167.2.080 3.3.90.37 - 05 1500000 Sub-Ação: 0001
2200.0300.12.367.167.2.080 3.3.90.37 - 05 1500000 Sub-Ação: 0001



**PREFEITURA DE
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal de Educação

Contrato para prestação de serviços que entre si
celebram o Município de Belo Horizonte e a MGS -
Minas Gerais Administração e Serviços S/A

Processo nº 01.024.682/23-14

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

16.1. As partes elegem o foro da Comarca de Belo Horizonte para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios eventualmente existentes em decorrência do presente Contrato.

E por estarem assim ajustadas, as partes assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual forma e teor, na presença das testemunhas que também o fazem para todos os efeitos legais.

Belo Horizonte, 27 de Setembro de 2023.

Roberta Rodrigues Martins Vieira

BM 99.700-9

Secretária Municipal de Educação

SMED/PBH

Roberta Rodrigues Martins Vieira

Secretária Municipal de Educação

Heiter Vercosa Morato

Diretor Jurídico

MGS - Minas Gerais Administração E
Serviços S.A.

Michel Lopes França Chaves

Diretor de Operações

MGS - Minas Gerais Administração E
Serviços S.A.

Paulo Henrique Fonseca de Melo

Diretor Administrativo e Financeiro

MGS - Minas Gerais Administração E
Serviços S.A.

Marcelo Magalhães Rosa Isoni

Diretor-Presidente

MGS - Minas Gerais Administração E
Serviços S.A.

Testemunhas:

Nome: Romulo Cesar Teixeira

RG: M 3338 909

Nome:

RG:



**PREFEITURA DE
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal de Educação

1º Termo Aditivo ao Contrato 17.0.2023 para prestação de serviços que entre si celebram o Município de Belo Horizonte e a MGS – Minas Gerais Administração e Serviços S.A. (Processo nº 01.024.682/23-14).

O **Município de Belo Horizonte**, inscrito no CNPJ nº 18.715.383/0001-40, com sede na Av. Afonso Pena nº 1212, Bairro Centro, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pela Secretário Municipal de Educação, Bruno Oitaven Barral, inscrito no CPF/MF: 008.333.705-96, e a **MGS – MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S.A.**, sediada nesta Capital, à Avenida Álvares Cabral nº 200, 2º, 12º e 16º andares, Centro, CEP 30170-000, inscrita no CNPJ sob o nº 33.224.254/0001-42, Inscrição Estadual nº 062.006.799.0060, Inscrição Municipal nº 305316/001-5, na condição de **CONTRATADA**, e doravante denominada **MGS**, representada pelo seu Diretor Presidente, Marcelo Magalhães Rosa Isoni, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 005.289.576-94, pelo Diretor de Operações, Michel Lopes França Chaves, brasileiro, inscrito no CPF/MF nº 015.697.076-77, pelo Diretor Administrativo e Financeiro, Paulo Henrique Fonseca de Melo, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 094.993.766-58 e pelo Diretor Jurídico, Helter Verçosa Morato, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 000.177.786-62, resolvem celebrar o 1º Termo Aditivo contratual com embasamento legal da Lei Federal nº 8.666/1993, e alterações posteriores, pelas condições estabelecidas no presente contrato e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Constituem objetos do presente termo aditivo:

1.1.1 Repactuação dos salários em **8,78%** (oito vírgula setenta e oito por cento), conforme Cláusula Quarta do Acordo Coletivo de Trabalho - ACT do SIND-REDE- BH de 2024, a partir de 01 de janeiro de 2024.

1.1.2 Majoração do valor do Vale Alimentação, passando de **R\$ 26,79** (vinte e seis reais e setenta e nove centavos) para **R\$ 27,24** (vinte e sete reais e vinte e quatro centavos), conforme Cláusula Quinta do Acordo Coletivo de Trabalho - ACT do SIND-REDE- BH de 2024, a partir de 01 de janeiro de 2024.

1.1.3 Majoração do valor do Vale Transporte, a partir de 01 de janeiro de 2024, passando de R\$ 4,50 (quatro reais e cinquenta centavos) para **R\$ 5,25** (cinco reais e vinte e cinco centavos), conforme Lei - 11538/2023

CLÁUSULA SEGUNDA – DA SUBSTITUIÇÃO DE ANEXOS

2.1 Substitui o Anexo I – Planilha de Custos e Formação de Preço, o Anexo II – Planilha de Eventos por Posto de Serviço, o Anexo III – Resumo de Valores, o Anexo VII – Planilha de Representatividade dos Sindicatos no Instrumento e o Anexo VIII – Planilha de Evolução dos Valores do Contrato, vigentes, pelo Anexo I – Planilha de Custos e Formação de Preço, o Anexo II – Planilha de Eventos por Posto de Serviço, o Anexo III – Resumo de Valores, o Anexo



**PREFEITURA DE
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal de Educação

1º Termo Aditivo ao Contrato 17.0.2023 para prestação de serviços que entre si celebram o Município de Belo Horizonte e a MGS – Minas Gerais Administração e Serviços S.A. (Processo nº 01.024.682/23-14).

E por estarem assim justas e contratadas, firmam o presente instrumento que é assinado eletronicamente pelas partes.

Belo Horizonte, de de 2024.

Bruno Oitaven Barral
Município de Belo Horizonte – PBH

HELTER VERCOSA
MORATO:00017778662

Assinado de forma digital por
HELTER VERCOSA
MORATO:00017778662
Dados: 2024.04.16 17:32:14 -03'00'

Helter Verçosa Morato
Diretor Jurídico

MICHEL LOPES FRANCA
CHAVES:01569707677

Assinado de forma digital por
MICHEL LOPES FRANCA
CHAVES:01569707677
Dados: 2024.04.17 09:05:31 -03'00'

Michel Lopes França Chaves
Diretor de Operações

MARCELO MAGALHAES
ROSA
ISONI:00528957694

Assinado de forma digital por
MARCELO MAGALHAES ROSA
ISONI:00528957694
Dados: 2024.04.17 10:11:21 -03'00'

Paulo Henrique Fonseca de Melo
Diretor Administrativo e Financeiro

MARCELO MAGALHAES
ROSA
ISONI:00528957694

Assinado de forma digital por
MARCELO MAGALHAES ROSA
ISONI:00528957694
Dados: 2024.04.17 11:05:45 -03'00'

Marcelo Magalhães Rosa Isoni
Diretor Presidente

MGS – Minas Gerais Administração e Serviços S.A.